

469
ESCÂNDALO/DESDOBRAMENTOS

Congresso cria CPI sobre empreiteiras

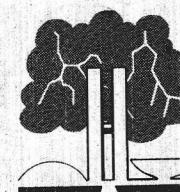
Orçamento

Partidos vão indicar 11 deputados e 11 senadores que investigarão a partir do ano que vem "denúncias de corrupção e suborno" das construtoras junto ao setor público

BRASÍLIA — Com a leitura de requerimento em sessão do Congresso, foi criada ontem Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as "denúncias de corrupção e suborno na atuação de empreiteiras junto ao setor público". Os líderes partidários deverão indicar 11 deputados e 11 senadores que integrarão a comissão, o que deverá ocorrer somente no início do ano que vem.

A deputada Márcia Cibilis Viana (PDT-RJ), que tomou a iniciativa de pedir a abertura da nova CPI, disse ser necessário investigar também "o poder corruptor", a exemplo do que se faz, na Itália, por meio da Operação Mão Limpas. No Brasil, segundo ela, esse "poder" continua atuando impunemente, apesar das sucessivas denúncias. "Em 1992, a CPI que culminou com o impeachment do presidente da República atingiu o poder corrupto, mas o poder corruptor permaneceu intocado", afirmou. A CPI do Orçamento, segundo ela, investiga principalmente os delitos referentes à distribuição de subvenções sociais por parte de parlamentares e à atuação de empreiteiras no âmbito das emendas orçamentárias.

A deputada pretende que a nova CPI tome como ponto de partida as denúncias apresentadas na CPI do Orçamento pelo em-



OBJETIVO É
PUNIR
TAMBÉM OS
CORRUPTORES,
COMO FOI
FEITO NA
ITÁLIA

presário Cecílio Rego Almeida, da empreiteira C.R. Almeida, as denúncias de favorecimento da Servaz na execução de obras públicas e a documentação apreendida pela Polícia Federal na residência do diretor da Odebrecht, Ailton Reis.

A CPI do Orçamento obteve, num dos disquetes apreendidos na casa de Reis, diretor da Construtora Norberto Odebrecht, em Brasília, comprovante de que a empresa atuava, paralelamente, no Executivo e no Legislativo, indo do Banco Central e dos ministérios ao Orçamento-Geral da União. O disquete que deu a prova à CPI foi decodificado às 3h04 de ontem e produziu seis páginas de documentos.

De acordo com relatório de Renato Freire de Araújo, assessor de Desenvolvimento de Negócio da Odebrecht, além de incluir no Orçamento da União de

1992 inúmeros de seus programas, a empresa conseguiu aprovar em prazos de 7 a 15 dias a ampliação das capacidades de endividamento no Banco Central dos clientes com pedido de financiamento na Caixa Econômica Federal. A Lei de Diretrizes Orçamentárias da União de 1992 recebeu, só da Odebrecht, 63 emendas e 6 destaques. Além destes, foram introduzidos 20 subprogramas de interesse da empresa. Tudo, ainda dentro do Executivo,



Ailton Reis, diretor da Odebrecht: coleção de documentos suspeitos que inspiraram a nova comissão

na fase de produção.

A construtora ofereceu a seus clientes, conforme a documentação em poder da CPI, orientação na solicitação correta para inclusão dos programas no Orçamento da União, "com muito sucesso". Ao todo foram enviados 70 ofícios aos ministérios e inclusas 66 obras da Norberto Odebrecht, representando US\$ 210 milhões, sem considerar o metrô de Fortaleza, o metrô de Brasília e uma parte do reassentamento de Ita-

parica, na fronteira entre a Bahia e Pernambuco.

O Orçamento-Geral da União de 1992 recebeu, segundo o disquete da Odebrecht, emendas para 110 programas. Destes, 60 foram aprovados nos relatórios parciais, totalizando US\$ 54 milhões; as 27 indicações de sub-relatores parciais atentidas pelo relator-geral, Ricardo Fiúza (PFL-BA), alcançaram a casa dos US\$ 94 milhões; e as verbas conseguidas diretamente com o

relator-geral chegaram a US\$ 102 milhões.

Considerando o projeto de lei do Orçamento, os relatórios parciais e o relatório-geral, a Odebrecht concluiu que tinha verba para 152 programas, num total de US\$ 646 milhões. Renato Freire de Araújo advertiu, no documento, que cerca de 15% das verbas deveriam ser reduzidas. Por isto, alguns programas que estavam em dois ministérios poderiam ser cortados.